

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Julho do ano dois mil, nesta vila de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião pública e ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e dos senhores vereadores João Carlos Barreiras Duarte, José Vítor Ribeiro Silva, Manuel Quintino Filipe Silva, Luis Alberto Camilo Duarte, Amílcar António Santos e Armando Salvador Maia da Fonseca.-----

-----Secretariaram a reunião o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição Sérgio Manuel Silva Duarte e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Pelas 16.30 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1477. RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Do dia 2000.07.24:-----
- |   |                 |
|---|-----------------|
| Caixa Geral de Depósitos.....                   | 44.319.112\$00  |
| Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral... | 4.130.071\$50   |
| Banco Totta & Açores.....                       | 5.401.789\$00   |
| Banco Português do Atlântico.....               | 7.294.443\$50   |
| Crédito Predial Português.....                  | 1.453.330\$00   |
| Banco Comercial Português.....                  | 1.615.684\$50   |
| Banco Pinto & Sottomayor.....                   | 721.853\$00     |
| Banco Nacional de Crédito Imobiliário.....      | 35.181.899\$00  |
| Depositado em instituições de Crédito.....      | 99.753.488\$50  |
| Em cofre.....                                   |                 |
| .....Numerário.....                             | 34.190\$50      |
| .....Cheques.....                               | 80.965\$00      |
| Total de disponibilidades.....                  | 123.630.030\$00 |
| Documentos.....                                 | 3.751.138\$50   |
| Total.....                                      | 103.619.782\$50 |
| Operações Orçamentais.....                      | 15.541.488\$50  |
| Operações de Tesouraria.....                    | 84.327.155\$50  |
- 1478. PAGAMENTOS:** Foi tomado conhecimento da relação dos pagamentos efectuados durante o período de 2000.07.17 e 2000.07.21 no montante de 27.695.768\$00.-----
- 1479. ACTA N.º 36/2000:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções, foi deliberado por unanimidade aprovar a acta número 36/2000 da reunião ordinária de dezassete de Julho de dois mil. -----

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Pelas 17.25 horas foi a reunião interrompida a fim do executivo com excepção do senhor vereador João Carlos Duarte se deslocar ao Cintrão, Baraçais e Carvalhal, conforme compromissos assumidos na anterior reunião de Câmara. Pelas 19.40 horas foram os trabalhos reatados com a presença de todos os membros do executivo.-----

**DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

1480. **PLANO ESTRATÉGICO:** Informou o executivo que dirigiu convites para colaboração na elaboração do Plano Estratégico às firmas CEDRU, Roland Berger, LOGISTEMA, REFERÊNCIA e REGICONSTRUTORA, sendo que apenas esta última firma não respondeu nem compareceu na reunião, tendo as restantes manifestado abertura e disponibilidade, pelo que vai procurar elaborar uma proposta de caderno de encargos para depois trazer a reunião de Câmara. -----
1481. **E.T.A. DO PÓ:** Informou o executivo que recebeu ofício da firma SITEL, adjudicatária da empreitada em epígrafe, na qual a empresa dizia aquilo que aguardava em termos de decisão da Câmara Municipal para prosseguir com o trabalho nomeadamente o novo furo e a ligação do P.T., informando que ia retirar os seus funcionários do local da obra, mas a correspondência cruzou-se nos correios porque a Câmara Municipal já havia decidido relativamente a esta matéria. Vai procurar apurar da profundidade da questão. -----
1482. **PLANO DIRECTOR MUNICIPAL:** Tendo em conta os aglomerados dispersos, fez entrega à Vão Arquitectos de dossier ao mesmo tempo que pediu urgência na elaboração de documento a fazer a seriação das situações que se integram na alteração de âmbito limitado para em Setembro o executivo poder apreciar e remeter à C.C.R.L.V.T.. Relativamente ao campo de jogos pediu que procurassem mandar os elementos necessários para aferição que seria importante na reunião com a família Matos Silva. Vai procurar ter uma reunião com o Dr. Mário de Carvalho para dar andamento ao processo.-----
- DO SENHOR VEREADOR MANUEL QUINTINO:**-----
1483. **HOSPIARTE:** “Pela segunda vez verifico que o assunto da Hospiarte não foi agendado em ordem de trabalhos, gostava de saber porquê. Solicito que este assunto seja incluído como primeiro ponto da presente ordem de trabalhos. -----  
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que as razões são as mesmas que evocou na última reunião. -----  
-----O senhor vereador Manuel Quintino considerou que de acordo com a lei este assunto deveria ter sido agendado. -----
1484. **CEMITÉRIO DO SENHOR JESUS:** “Continuo desde há três semanas à espera de cópia do ofício da firma Torres, Martins & Franca, Lda, relativo à interrupção dos trabalhos na obra em epígrafe.”-----
1485. **OBRAS NO PÓ:** Solicitou informação sobre o ponto da situação do muro e obras ilegais detectadas no Pó. -----
1486. **ASSUNTOS PROMETIDOS EM ANTERIOR REUNIÃO:** Lembrou que tinha sido prometido para a semana passada, e a semana passada prometido para hoje, o agendamento das possíveis localizações do futuro tribunal e do plano de alcatroamentos. -----
1487. **SENHAS DE PRESENÇA:** Após a informação do Chefe da D.A.F. de que a tão

**ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

aguardada lista de senhas de presença estava feita, continua sem saber porque não lhe foi ainda dada cópia. -----

**1488. AV. LUIS HENRIQUES:** Lembrou que não lhe foi facultado o processo da Av. Luis Henriques, conforme solicitado na anterior reunião. -----

**1489. SANEAMENTO DO CASALINHO:** Lembrou que não lhe foi entregue a informação solicitada sobre a empreitada de saneamento do Casalinho. -----

**1490. VÃO ARQUITECTOS:** Referiu que há algum tempo atrás foi-lhe dito que não percebia nada do assunto quando solicitou cópia do contrato celebrado com a Vão Arquitectos. Agora verificou num ofício datado de 02.03.2000 e assinado pelo senhor presidente da Câmara uma referência a um contrato de prestação de serviços assinado com esta empresa. Perguntou ao senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira se existe algum contrato de prestação de serviços assinado com a Vão Arquitectos. -----  
-----O senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira respondeu negativamente. -----

**1491. ESTRADA DE LIGAÇÃO SOBRAL DO PARELHÃO / DELGADA:** “Relembro que há algum tempo foi aprovada uma moção a exigir à ex-J.A.E. a reposição do caminho de ligação Delgada / Sobral do Parelhão. Esse ofício teve uma resposta de que não nos foi dado conhecimento e que refere «(...) o senhor presidente da Câmara veio requerer a construção de uma passagem superior (...). A passagem superior destinava-se a evitar a interrupção de um caminho agrícola existente que ligava as freguesias de Roliça e de Carvalhal (...) não foi construída porque tecnicamente foi encontrada uma solução viável para a sua supressão, e que esta teve o acordo do Ex.mo senhor presidente da Câmara Municipal de Bombarral (...). Esta solução passou pela execução de dois caminhos agrícolas que ligaram o caminho interrompido à E.N. 8 e à povoação de Delgada, ficando deste modo as ligações entre as duas freguesias completamente restabelecidas (...)»” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “em 20 de Junho, dia em que teve uma reunião no I.C.O.R., enviou um ofício com o seguinte teor. «atento ao conteúdo do vosso ofício em referência, e dada a melindrosidade e transcendência da questão, espero na audiência que me foi concedida por V.Ex.<sup>a</sup>, conversar aprofundadamente sobre a questão da supressão da passagem superior prevista em projecto. Mais informo V.Ex.<sup>a</sup> que fruteira construída por um agrupamento de produtores, foi aí localizada devido à previsão da construção da P.S., tendo o seu pedido de viabilidade sido apresentado nesta Câmara em 08.07.1996 e aprovado em 19.08.1996. O respectivo projecto de construção foi aprovado em 07.04.1998 e emitido o alvará de licença de construção em 07.04.1998. Por último, informo que não possuo em arquivo quaisquer elementos da ocorrência de qualquer reunião em que este assunto tivesse sido tratado.». Na altura quando dei conhecimento da transferência da reunião para uma semana mais tarde disse que no momento oportuno diria o porquê dessa alteração. Segundo o meu ponto de vista, é pois minha convicção que a circunstância de haver sido solicitado que me fosse apresentada cópia da tomada de conhecimento da supressão da passagem superior e da criação de caminhos alternativos foi a sua razão primeira. É que na reunião havida uma semana depois não me foi apresentado qualquer prova de que houvesse participado em qualquer reunião. Pelo contrário foi-me referido que não se tratando de nenhum pedido novo pelo

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

contrário estando a ser reivindicado a execução da obra de arte relativa ao restabelecimento, tal reivindicação tinha total cabimento onde se analisar a responsabilidade pela sua execução, se o instituto que sucedeu a ex-J.A.E. ou o concessionário. Depois do oferecimento do vereador João Hipólito para marcar a reunião, o senhor vereador Amílcar Santos, acompanhado de dois presidentes de Junta de Freguesia e dos empresários da fruteira teve uma reunião para procurar obter um elemento comprovativo da supressão da passagem superior.”-----

-----O senhor vereador Manuel Quintino declarou que “afirmo que a resposta do senhor presidente da Câmara nada tem a ver com o assunto em causa. Os factos são estes: na sequência de ofício do presidente da Câmara à J.A.E. (actual I.C.O.R.) é recebido nesta Câmara o ofício cujo teor transcrevi acima. Esse ofício diz claramente que a supressão da passagem superior ocorreu com o acordo do presidente da Câmara Municipal de Bombarral, ora este ofício não foi dado a conhecer à Câmara. Porquê? Quem cala consente. Melhor ainda: na altura em que o senhor presidente da Câmara me explicou a aprovação de uma moção sobre este assunto não referiu este ofício e ele já cá estava há cerca de 3 meses e, na sequência do meu pedido de cópia da correspondência trocada com o I.E.P., apenas me foi fornecida a enviada pela Câmara, tendo sido respondida a que a Câmara recebeu. Só após muita insistência me chegou este ofício que obviamente compromete alguém. Algo parece estar por aqui muito mal.”-----

**1492. VÃO ARQUITECTOS:** Lembrou que continua sem receber a listagem solicitada dos elementos enviados à Vão Arquitectos e respectiva data.-----

**DO SENHOR VEREADOR ARMANDO SALVADOR:**-----

**1493. REUNIÃO NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:** Questionou o senhor presidente da Câmara sobre se o senhor vereador João Carlos Duarte esteve em representação da Câmara Municipal numa reunião com o Secretário Geral do Ministério da Justiça, na companhia do director do jornal Notícias do Bombarral.-----

-----O senhor presidente da Câmara responde que o senhor vereador teve essa reunião a título particular. -----

-----O senhor vereador João Carlos Duarte confirmou ter tido a referida reunião a título particular. -----

**DOS SENHORES VEREADORES JOSÉ VÍTOR SILVA, ARMANDO SALVADOR E MANUEL QUINTINO:**-----

**1494. XVII FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS:** “O Festival do Vinho Português sempre foi uma festa popular. Sempre foi uma festa organizada pelo povo e para o povo. Sempre foi uma festa sem protagonistas principais e sem palcos de vaidade. Por último, sempre foi uma festa que respeitou a humildade financeira dos cofres municipais e da riqueza do concelho. Ainda nos lembramos dos verdadeiros carolas dos Festivais do Vinho que constituíam as comissões organizadoras, que a expensas próprias de tempo e dinheiro levantaram várias edições de festivais que nunca desmereceram o carinho e apoio de todos os bombarralenses. Nunca trabalharam para as fotografias, nunca se galantearam nos palcos, nunca utilizaram os festivais para outros fins que não fossem o de engrandecimento do nosso concelho e região. E hoje, nem uma palavra de carinho, de agradecimento e, antes pelo contrário, as palavras são um branqueamento total das edições que não foram organizadas pelos actuais

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

responsáveis, numa tentativa de auto elogio dos últimos sete festivais, aqueles que efectivamente organizaram. A presente organização e edição do Festival do Vinho é um verdadeiro atentado à solidariedade e comunhão dos bombarralenses e às instituições democráticas de que fazemos parte. Este Festival foi totalmente organizado pelo responsável do pelouro do turismo, sem que a Câmara Municipal tivesse participado e discutido o seu programa, estratégia, objectivos e orçamento financeiro. Tivemos conhecimento, como vereadores da Câmara Municipal, do programa e cartaz através da sua exposição nos diversos lugares públicos. Desconhecemos por completo quem foi e irá ser convidado para as várias actividades inseridas no programa. Desconhecemos por completo os critérios de adjudicação da publicidade, da imagem pública, dos restaurantes, etc. E desconhecemos isto tudo porque o vereador João Carlos Duarte achou que não deveríamos ter acesso a essas informações. Será isto transparência? Seremos nós que não temos qualquer controlo sobre o Festival do Vinho, os tais profetas da desgraça, que o senhor vereador tanto gosta de citar? Actualmente o vereador João Carlos Duarte é o senhor do Festival do Vinho. Nós nada decidimos. O que se compra, a quem se compra, como se compra, quem se convida. O Festival do Vinho é actualmente a grande montra do vereador João Carlos Duarte. O exacerbado protagonismo político mediatizado em fotografias, em catálogos, revistas, brochuras, revela uma brutal e chocante ostentação que nos ofende como bombarralenses. As ambições políticas pessoais, que nos merecem o nosso respeito, do senhor vereador não devem ser instrumentalizadas com acções de política social e comunitária. As suas auto promoções devem ser feitas, como algumas vezes já o fez, com a sua publicidade e dinheiro. O Festival do Vinho sempre foi uma organização da Câmara Municipal de Bombarral, em representação do povo bombarralense. Neste momento, quem nos representa é o presidente da Câmara e deverá ser ele a primeira figura do certame. Mas mais uma vez, o senhor presidente da Câmara cede aos caprichos do seu vereador deixando-se relegar para a retaguarda com um total desprezo como alto cargo do nosso concelho. O Festival tem de deixar, uma vez por todas, de ser um palco das vaidades, mas um palco de competências da nossa gente, do nosso concelho, das nossas ambições. As eventuais competências dos vereadores terão de ser exercidas diariamente e com uma preocupação social e nunca com objectivos de notoriedade e protagonismo à custa dos dinheiros públicos. Porque a notoriedade conquista-se discretamente e com trabalho. E só assim a comunicação social nos eleva para as primeiras páginas sem que tenhamos a preocupação em convencer jornalistas a que escreverem aquilo que nos importa que se publique. Para terminar, gostaríamos que nos tentassem responder a algumas questões: Porque é que o vereador João Carlos Duarte terminou com as comissões organizadoras do Festival do Vinho, onde, de uma forma transparente, se discutia e se aprovava, democraticamente, todas as decisões relativas ao certame? Porque é que o vereador João Carlos Duarte ainda não apresentou as contas do Festival do Vinho de 1999? Porque é que os membros do governo não inauguram os nossos Festivais do Vinho, dando uma cobertura nacional ao evento? Porque é que o vereador João Carlos Duarte não vai dando informações sobre o desenrolar do Festival do Vinho à Câmara Municipal? Porque é que o Jornal de Leiria é o jornal oficial do certame, sabendo que existem vários jornais na região e

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

dois no concelho? Quantos convites vão ser endereçados para o jantar do Festival e quem decidiu os convites? Qual o orçamento do jantar? Porque é que a figura institucional do presidente da Câmara é vergonhosamente relegada para segundo plano, em detrimento de um mero vereador? Quem assume a responsabilidade dos fornecimentos e respectiva dotação orçamental?” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que as perguntas e as afirmações são da responsabilidade dos subscritores. Com alguma característica de humildade não considera ter alguma vez sido subalternizado. Não são questões que em termos de espartilho assim as entenda. Quanto aos convites a membros do governo disse que lhe foi referido que o facto do certame se realizar na época estival leva à existência de algumas razões para a sua não vinda. -----

-----O senhor vereador José Vítor Silva solicitou cópia dos ofícios a convidar membros do governo. -----

-----O senhor João Carlos Duarte informou que responderá às questões colocadas na próxima reunião. -----

**DO SENHOR VEREADOR JOSÉ VÍTOR SILVA:-----**

- 1495. ANTÓNIO RABAÇA MARTINS:** Solicitou informação sobre qual a pertinência do ofício da firma António Rabaça Martins, de que foi distribuída cópia aos membros do executivo. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que o referido ofício era apenas para conhecimento dos membros do executivo. -----

**DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS:-----**

- 1496. SERAFIM & FILHOS, LDA:** Solicitou esclarecimentos sobre os motivos e razões pelas quais ainda não lhe foi entregue cópia do conta correntes dos valores em dívida à firma Serafim & Filhos, Lda. -----

- 1497. EMPRESA DE ADVOGADOS:** Solicitou esclarecimentos sobre os motivos e razões pelas quais ainda não lhe foi entregue a informação solicitada sobre os montantes pagos a uma firma de advogados de Lisboa. -----

- 1498. JORLIS:** Solicitou esclarecimentos sobre os motivos e razões pelas quais ainda não lhe foi entregue a informação solicitada sobre os montantes pagos à firma JORLIS. ---

- 1499. ESTRADA SOBRAL DO PARELHÃO / DELGADA:** Solicitou esclarecimentos sobre os critérios com que o senhor presidente da Câmara mandou efectuar o alargamento do talude na estrada Sobral do Parelhão / Delgada paralelo ao I.C.1, deixando o restante da estrada estrangulada e sem reposição de tout venant. -----

- 1500. REFER:** Questionou o senhor presidente da Câmara sobre o ponto da situação dos processos das passagens de nível da Baleeira e do Camarão, e sobre quais as diligências que efectuou e quais os resultados. -----

- 1501. DIVIDAS À A.D.S.E.:** Questionou o qual a previsão de pagamentos das dividas à A.D.S.E. – segurança social dos trabalhadores, sabendo que foi publicado na comunicação social que a A.D.S.E. está com algumas dificuldades financeiras. -----

- 1502. FORNECEDORES:** Questionou o qual a previsão de pagamentos das dividas aos fornecedores que aguardam a liquidação de facturas de 1998, 1999 e 2000.-----

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

### **ORDEM DO DIA**

- 1503. OBRAS PARTICULARES:-----**
- 1503.01 INFORMAÇÃO PRÉVIA:** Apreciado o processo n.º 16/2000/02, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Manuel João Bento da Cruz, datado de 2000.06.14, foi deliberado por unanimidade emitir informação prévia favorável para a construção de moradia unifamiliar sita no Casal das Barreiras, freguesia de Bombarral, condicionado ao cumprimento do parecer constante da folha 13 do processo. -----
- 1503.02 AVERBAMENTO DE NOVO TITULAR:** Apreciado o processo n.º 168/99/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Luis Ventura Marques, datado de 2000.07.19, foi deliberado por unanimidade averbar em seu nome o processo em epígrafe respeitante à ampliação de uma habitação sita no Casal da Cotovia, freguesia de Vale Covo, e que se encontrava em nome de Maria de Lurdes Cândido Filipe. -----
- 1503.03 CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM (LEGALIZAÇÃO) – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Presente o processo n.º 66/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Joaquim Alberto da Silva, datado de 2000.05.16, com o projecto de arquitectura para construção de armazém, sito na Arroteia, lugar da Portela, freguesia de Bombarral, foi adiada a sua apreciação para uma próxima reunião. -----
- 1503.04 COLOCAÇÃO DE SINAL DE ESTACIONAMENTO PROIBIDO:** Apreciado o processo n.º 572/2000/08, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Luis Filipe Silva Ferreira, datado de 2000.06.06, foi deliberado unanimidade por reconhecer a necessidade de acesso de pessoas ou veículos à garagem do requerente, sita na Rua Ferreira do Amaral, 28, vila e freguesia de Bombarral, pelo que nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 50.º do Código da Estrada, e mediante a colocação do correspondente dístico é proibido o estacionamento de viaturas que impeçam o acesso em questão. -----
- 1503.05 PROPRIEDADE HORIZONTAL:** Apreciado o processo n.º 133/98/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma H. Monteiro Construções, Lda, datado de 2000.07.14, foi deliberado por unanimidade aprovar a constituição de propriedade horizontal no seu prédio sito no lote 7 do gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Aníbal C. Rosado, vila e freguesia de Bombarral, em 7 fracções, destinando-se as fracções A e B para espaço comercial e as fracções C, D, E, F e G habitação. -----
- 1503.06 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 64/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Manuel Pinheiro dos Santos, datado de 2000.07.17, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar sita no lote 21 da Várzea da Pedra, lugar do Cintrão, freguesia de Bombarral, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 18 meses. -----
- 1503.07 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 65/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Manuel Pinheiro dos Santos, datado de 2000.07.17, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar sita no lote 22 da Várzea da Pedra, lugar do Cintrão, freguesia de Bombarral, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 18 meses.-----

**1503.08 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 105/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Ida Laposta Carlos, datado de 2000.07.13, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar sita no lugar do Salgueiro, freguesia de Carvalhal, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 24 meses.-----

**1503.09 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 113/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Helder Manuel Jorge Ribeiro, datado de 2000.07.14, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar sita no lugar da Delgada, freguesia de Roliça, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses.-----

**1503.10 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 104/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Maria da Graça Dias Pereira, datado de 2000.07.13, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar sita na Rua 9 de Abril, vila e freguesia de Bombarral, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 15 meses.-----

**1503.11 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 99/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Maria Teresa Morais Carvalho Oliveira, datado de 2000.07.14, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar sita no lugar de São Mamede, freguesia de Roliça, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses.-----

**1503.12 APROVAÇÃO EM MINUTA:** As deliberações respeitantes a obras particulares foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----

**1504. CONSULTA ÀS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO COM VISTA À CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO / LONGO PRAZO:** Presente a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: «No ponto IV do Plano de Actividades aprovado para o corrente ano prevê-se que a Autarquia possa recorrer a um empréstimo para financiar os investimentos ali descritos. Para financiamento dos investimentos previstos em Plano de Actividades, proponho que Câmara Municipal, nos termos do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, proponha à Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo de médio prazo no montante de 145.000.000\$00. O referido empréstimo visa, como foi mencionado anteriormente, o financiamento dos investimentos previstos no Plano de Actividades aprovado, nomeadamente o Parque de Campismo e Miradouro do Picoto; obras de adaptação do edifício dos Paços de Concelho e aquisição dos equipamentos previstos no âmbito do projecto de Modernização Administrativa e os investimentos cobertos pelo III Quadro Comunitário de Apoio, designadamente: -----

- Infra-estruturas da Área de Actividades Económicas (Pólo II);-----
- Rede de esgotos das Gamelas e Delgada; -----



## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

- Reforço do abastecimento de água à vila do Bombarral, construção dos novos reservatórios e reformulação da rede; -----
- Construção de Escolas Pré – Primárias para substituição das actuais instalações.” --  
-----Foi deliberado por maioria com os votos de reprovação dos senhores vereadores José Vítor Silva, Manuel Quintino, Amílcar Santos e Armando Salvador, e o voto de aprovação do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores João Carlos Duarte e Luis Duarte, reprovando a proposta supra transcrita. -----  
-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor presidente da Câmara declarou que “o resultado da votação e da análise da proposta apresentada para consulta para contracção de empréstimo no montante de 145.000 contos para financiar as obras relativas ao III Quadro Comunitário de Apoio acabou por ser maioritariamente rejeitada. Esta reprovação da consulta às instituições vai representar um retardamento em termos da satisfação de compromissos com as obras de que já foi apresentada candidatura ao III Quadro Comunitário de Apoio medida 1. Os projectos que estão em causa são a construção do parque de campismo do Picoto, modernização administrativa, desenvolvimento do projecto da área de actividades económicas, variante da zona desportiva, rede de esgotos das Gamelas e Delgada e reforço do abastecimento de água. Em função da votação ora efectuada a responsabilidade tem que ser assumida e nessa medida as comunidades que receberiam a resultante destes benefícios vêem o seu desenvolvimento e a sua qualidade de vida retardada. É extremamente preocupante esta situação, daí que sem dúvida deveremos todos reflectir nas nossas responsabilidades.” -----

- 1505. PARQUE DE ESTACIONAMENTO NA RUA VERÍSSIMO DUARTE:** Presente o caderno de encargos e o programa de concurso para concepção / execução da empreitada em epígrafe foram os mesmos reprovados com os votos de reprovação dos senhores vereadores José Vítor Silva, Manuel Quintino, Amílcar Santos e Armando Salvador, e o voto de aprovação do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores João Carlos Duarte e Luis Duarte. -----  
-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor presidente da Câmara declarou que “tendo sido reprovada a proposta de caderno de encargos para o parque de estacionamento, relativamente ao tratamento em termos de acompanhamento do executivo representa o atraso na procura da obtenção de uma solução. Conforme documento que foi distribuído para análise poder-se-á verificar que o mesmo foi elaborado tendo em conta os princípios locais estabelecidos mas também os procedimentos que comumente se adoptam em circunstâncias análogas.” -----
- 1506. OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO:**-----
- 1506.01 ANA MARIA SANTOS FERREIRA:** Atendendo o solicitado por requerimento apresentado pela senhora D. Ana Maria Santos Ferreira, foi deliberado por unanimidade conceder autorização para ocupação de 2 m<sup>2</sup> do espaço público em frente do anfiteatro municipal com um carro de venda cachorros no dia 03 de Agosto.
- 1506.02 JOSETTE ANNE MARIE PEYRACHE:** Apreciado o requerimento apresentado pela senhora D. Josette Anne Marie Peyrache Pais, datado de 2000.07.17, a solicitar autorização para ocupar 10 m<sup>2</sup> de via pública na Rua Veríssimo Duarte, vila e freguesia de Bombarral, no período de 22 a 30 de Julho de 2000, com uma roulotte de venda de comidas e bebidas, e verificando-se pela informação dos serviços municipais

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

de que para aquele espaço e período de tempo já foi concedida licença ao senhor Nelson Manuel Ribeiro Esteves, por deliberação de 2000.07.17, foi deliberado por unanimidade indeferir a pretensão.-----

- 1507. VISTORIA A HABITAÇÃO:** Apreciado o auto da vistoria efectuada pelos técnicos a um edifício sito na Praça da República, 1, vila e freguesia de Bombarral, propriedade do senhor Fernando Manuel Alves, foi deliberado por unanimidade notificar o proprietário do imóvel para no prazo de 60 dias a contar da data da notificação proceder a obras urgentes de conservação e reparação da cobertura, instalação eléctrica, instalação sanitária, saída de fumos do esquentador e regularização das construções do logradouro. -----
- 1508. CEDÊNCIA DE SALA NO PAVILHÃO DESPORTIVO:** Atendendo o solicitado por ofício da Escola do 1.º C.E.B. de Bombarral n.º 1, foi deliberado por unanimidade autorizar a cedência de uma sala no Pavilhão Desportivo Municipal a fim de realizar um A.T.L. durante o ano lectivo 2000 / 2001.-----
- 1509. EDIFÍCIO PARA APROVEITAMENTO TURÍSTICO:** Atendendo o solicitado por ofício do senhor João Jorge Batista P. Ferreira, foi deliberado por unanimidade informar que a Câmara Municipal não vê nenhum inconveniente na instalação de uma unidade turística na propriedade que possui no lugar do Rossio do Carvalhal, a qual se encontra inscrita na matriz sob o artigo 2848 da freguesia de Carvalhal e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bombarral sob o n.º 507/200587, bem como é de interesse para o concelho.-----
- 1510. LINHA DO OESTE – SUPRESSÃO DE PASSAGEM DE NÍVEL DA BALEEIRA:** Presente ofício n.º 427/00/EI/ARI, de 11.07.2000, da REFER relativo à supressão da passagem de nível ao km 92,036 e construção de passagem de nível ao km 92.500 (tipo D) e indicação e estudo da passagem superior a executar ao km 91,810. -----  
-----Foi deliberado por unanimidade manter a exigência da passagem de nível automatizada e exigir rapidez na sua execução bem como no processo da construção da passagem superior. -----

### **DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO**

- 1511. X FESTIVAL DE FOLCLORE:** Foi tomado conhecimento do ofício do Grupo Etnográfico de Danças e Cantares Belo Horizonte do Salgueiro, a convidar o executivo para estar presente no seu X Festival de Folclore que decorrerá no próximo dia 06 de Agosto. -----
- 1512. E.T.A. DO PÓ:** Foi tomado conhecimento do ofício / fax da firma SITEL, datado de 14.07.2000, a dar conhecimento de que na próxima semana ficarão concluídos todos os trabalhos passíveis de execução, e a anexar relação dos que aguardam decisão ou instruções.-----

### **EXTRA ORDEM DE TRABALHOS**

**DELIBERAÇÕES:** Nos termos do disposto no artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi reconhecida por unanimidade a urgência de deliberação imediata dos seguintes assuntos:-----

- 1513. JORGE MANUEL DIONISIO CALVO:** Na sequência da presença do senhor Jorge Manuel Dionisio Calvo, em reunião de Câmara de 17.07.2000, e após deslocação do executivo ao Cintrão, foi deliberado por unanimidade mandar os serviços municipais

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

fazerem o levantamento dos custos das infra-estruturas do arruamento que é necessário abrir no local. -----

**1514. VALDEMAR PEREIRA:** Na sequência da presença do senhor Valdemar Pereira, em reunião de Câmara de 17.07.2000, e após deslocação do executivo aos Baraças, foi deliberado por unanimidade mandar o processo vir à próxima reunião de Câmara com uma planta que inclua o alinhamento previsto para os dois lados do arruamento em questão. -----

**1515. RESERVATÓRIOS DE ÁGUA NO ALTO DOS BARAÇAS:** Na sequência de visita do executivo verificou-se que a obra ainda não teve início nem existem vestígios, tendo a mesma sido adjudicada há ano e meio. Foi recomendado ao senhor presidente da Câmara que officie à firma para iniciar as obras, tendo este respondido que já enviou o pretendido ofício. -----

**1516. LOTEAMENTO NO CARVALHAL EM FRENTE Á IGREJA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO:** No seguimento de deslocação ao local, o senhor vereador Amílcar Santos propôs que seja notificado o loteador para que proceda à remoção do passeio e lancil que colocou sobre a valeta de águas pluviais, devendo repor os mesmos incluindo a valeta em betão e eventual grelhagem em toda a extensão, deve respeitar um afastamento de segurança para os peões afastado em 30 cm por forma a estabilizar aquele local em termos rodoviários concretamente na circulação de viaturas e peões assim como a respectiva estabilidade em termos de escoamento das águas pluviais. -----

-----Foi deliberado por maioria com o voto contra do senhor presidente da Câmara e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar a proposta em epígrafe. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor presidente da Câmara declarou que “voto contra a solução proposta na resolução do problema causado pelo loteador pela circunstância de que tendo em conta a natureza urbana do espaço para onde se desenvolve o loteamento me parece bizarro que entre o lancil próprio da zona urbana seja criada uma valeta em cimento entre o pavimento betuminoso da estrada. Claro que o impacto que criar pelo facto de ter havido uma menos cuidada implantação deve urgentemente ser corrigido.” -----

**1517. HOSPIARTE:** O senhor vereador Manuel Quintino apresentou a seguinte proposta: “1. Que se delibere mandar os serviços técnicos da Câmara Municipal proceder à elaboração de loteamento simples para a criação de lote na zona industrial, com a área de 4.470 m<sup>2</sup> a retirar de propriedade onde se encontram instalados os armazéns da D.T.O.U., ocupando a zona das tulhas; 2. Que, de acordo com conversações havidas se delibere aprovar a troca do lote n.º 7 da zona industrial cuja reversão já foi acordada amigavelmente com a firma CERANFIPE, pelo lote 2 do loteamento propriedade da firma BOMPLÁS, a qual já se mostrou receptiva a esta troca; 3. Que se delibere e de acordo com conversações havidas com a firma HOSPIARTE, e por haver concordância verbal daquela firma, quando os dois lotes citados em 1 e 2 para propriedade da Câmara proceder à permuta com os lotes 8 e 10, propriedade daquela firma; 4. Que a Câmara delibere que para interesse do concelho não vê inconveniente na deslocação do empreendimento da HOSPIARTE do espaço os lotes 8 e 10 citados em 1 e 2.” -----

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

-----Foi deliberado por maioria aprovar a proposta supra transcrita com os votos favoráveis dos senhores vereadores Manuel Quintino, Luis Duarte, Amilcar Santos e Armando Salvador, a abstenção dos senhores vereadores João Carlos Duarte e José Vítor Silva e o voto contra do senhor presidente da Câmara. Deve o Dr. Mário de Carvalho estar presente na próxima reunião a fim de ser abordada novamente esta matéria.-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor presidente da Câmara declarou que “voto contra porque tendo sido celebrada uma escritura entre a Câmara Municipal e a HOSPIARTE na venda de dois lotes de terreno, que é um contrato bilateral, penso que está ferido de ilegalidade a questão que agora é colocada, ou seja, transferir unilateralmente a HOSPIARTE para outro espaço sem que esteja resolvida a questão de fundo que se prende com a celebração da escritura pública de venda dos lotes anteriormente referida. Por outro lado e tendo em consideração a forma e o processo anteriormente explanado para procurar ultrapassar esta questão e que tinha a ver com a troca de um lote de terreno da Câmara Municipal e por lote de António Rabaça Martins contíguo às instalações da Câmara Municipal, que devia passar pela avaliação prévia dos respectivos lotes com vista a procurar equacionar-se a solução deste assunto por uma comissão de avaliação. Tudo agora se altera através da amputação sem que tenha havido prévia análise, do espaço das instalações das oficinas da Câmara Municipal. Por último refiro que apontando a modernização dos serviços para a concentração num único local dos meios operacionais, também por essa circunstância voto contra porque desta forma se pretende inviabilizar a concentração dos serviços com vista a uma melhor gestão de meios e serviços. Finalmente refiro que não estando prevista em Plano de Actividades para o corrente ano tal alienação e tendo dúvidas acerca da legalidade desta deliberação, vou procurar obter parecer e se a deliberação for ilegal vou impugná-la nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Código do Procedimento Administrativo bem como a suspensão da eficácia da deliberação.” -----

- 1518. PROJECTOS:** O senhor vereador Amilcar Santos apresentou a seguinte proposta, subscrita pelos senhores vereadores José Vítor Silva, Luis Duarte, Manuel Quintino e Armando Salvador: “conforme pedido de agendamento formulado na reunião anterior, destinado à abertura de concurso limitado para elaboração de: 1. Plano de Pormenor abrangente à área de actividades e habitacional, na propriedade do Falcão; 2. Ante projecto contemplando três variantes para opção de projecto final destinado ao parque de estacionamento no terreno municipal situado na Rua Veríssimo Duarte; 3. Projecto de especialidades e afins por forma a concluir e assim permitir a abertura da construção das infra-estruturas do novo centro empresarial de Bombarral, no pólo II frente à estação da C.P..”-----

-----O senhor presidente da Câmara votou contra a admissão desta proposta.-----

-----Foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor presidente da Câmara e do senhor vereador João Carlos Duarte e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar a proposta supra transcrita.-----

- 1519. CEMITÉRIO DA ROLIÇA:** O senhor vereador Luis Duarte apresentou a seguinte proposta: “Considerando a situação altamente gravosa criada no cemitério da Roliça aquando das últimas intempéries; considerando que este problema já se vai arrastando há demasiado tempo, sem as devidas respostas da Câmara Municipal;

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

considerando que a Junta de Freguesia, assumindo esta grande responsabilidade, criada pelo problema descrito, já desenvolveu todos os pressupostos inerentes à resolução do problema; considerando que o município dispõe de um regulamento clarificador da delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Proponho: a) o estabelecimento de um protocolo entre a Câmara Municipal de Bombarral e a Junta de Freguesia de Roliça; b) que a Câmara Municipal de Bombarral aprove a verba base, resultante das consultas efectuadas pela Junta de Freguesia de Roliça para a concretização da obra em causa (o valor base é de 2.800.000\$00 (dois milhões e oitocentos mil escudos); c) que na próxima reunião seja presente a proposta de protocolo a estabelecer entre as duas entidades.” -----

-----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra transcrita. -----

### **PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

**DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS: -----**

- 1520. INTERVENÇÃO:** “Empréstimo de 145 mil contos. Votei contra por diversas ordens de razão que passo a exemplificar. Quando o presidente diz que as verbas se destinam a obras projectadas para o III Quadro Comunitário de Apoio é pura mentira, porque ainda na passada reunião se verificou que este presidente não tinha um único projecto previsto para esta candidatura, visto a Câmara ter-se candidatado a 89 mil contos de obras para este ano, sujeitando-se a perder a verba porque não tem projectos e também não é possível realizá-las até final do ano. Quando o presidente refere que o empréstimo se destina a obras de saneamento da Gamelas e Delgada, a obras de reforço de abastecimento de água, encontrando-se as mesmas previstas no Plano de Actividades. Se todos se lembrarem estes são os mesmos argumentos que já utilizou para anteriores empréstimos e também é bom lembrar que neste mandato, ou seja, à dois anos a esta parte, este executivo já aprovou de empréstimos a este presidente mais de 190 mil contos, isto em dois anos, pergunta-se o que já foi feito do dinheiro porque não foi o mesmo utilizado nas infra-estruturas vitais para o nosso concelho como agora se afirma e se insinua é que esta mesma ladainha já foi utilizada nos tais 190 mil contos, também é bom não esquecer que o presidente interrogado porque não especifica onde vai gastar o dinheiro, ou seja, direccionado para determinado investimento, ou seja, após a avaliação quantificou-se e assim fica financeiramente determinado o montante do investimento, o presidente respondeu sem se aperceber da repetição daquilo a que já nos habituou. Disse ele em tom bem convicto de que cito: «este empréstimo é um empréstimo aberto», ou seja, não conseguiu disfarçar o vício e a predisposição em continuar o que anteriormente tem feito. Seriam mais 145 mil contos para os outros nos próximos 20 anos pagarem, é bom lembrar que também foi pela mão deste presidente que a Câmara desperdiçou 4.000 contos com o arquitecto Aboim, 6.000 contos na sucata da I.T.A.A.L., 180 mil contos de trabalhos a mais, ou seja, extras nas empreitadas de obras sugeridas pelo presidente, por este senhor que tem vindo a endividar a Câmara Municipal desde o primeiro dia que a gestão do município ficou sob a sua responsabilidade, pelas minhas contas já deve ter ultrapassado um milhão de contos, este presidente único nesta Câmara tem vindo a endividar o município de uma forma alarmante, não paga a segurança social dos funcionários desta Câmara, não paga a fornecedores com

## **ACTA N.º 37/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.24**

atrasos desde 1998, esbanja dinheiro do município de uma forma gritante, imaginem como exemplos compra britas e tout venant a uma empresa que leva mais e muito mais caro quase o dobro do que outra leva colocando os materiais em obra. Meus amigos não é por acaso que a conta corrente da empresa Serafim & Filhos, por mim solicitada já lá vão três reuniões, ainda não deu sinais de existência.” -----

-----Nada mais havendo a tratar pelas 01.10 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que lavrou a acta. -----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: